



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

A TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2021

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO
A TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO

MÓDULO TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – PROF. DANILO
MORAIS DOVAL

ESTUDANTES:

Cassiano José Dallacqua Gonçalves	RA	18001302
Daniel de Mattos Neto	RA	1012019100554
Lucile Graziela Barini Marques Barcellos	RA	18001161
Tatiane de Almeida Silva	RA	18000980

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	5
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5
2.1.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2020 e LEI 4320/64	5
2.1.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA	7
2.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	10
2.2.1 SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO	10
2.2.2 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO	12
2.2.3 OS SISTEMAS DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO	14
3. CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS	16
ANEXOS	17

1. INTRODUÇÃO

O Mundo, desde os tempos antigos, é baseado em informações. Mesmo antes de existir as línguas, as falas e as escritas, a informação já estava presente em tudo. Uma das maiores riquezas que existe é a “tal da informação”. Tudo nesse mundo, foi gerado através da manipulação correta dos dados e realizando cálculos, ou seja, como em tudo existe algum tipo de informação, ela, por si só, é bruta, sendo necessário escolher ou selecionar o que for de utilidade para que a informação se torne um instrumento importante. Não que existam informações inúteis, mas é necessário manejá-la corretamente, e quanto mais enxuta for a informação (ou o conjunto de várias informações), melhores são os resultados almejados. Inclusive, há quem acredite que a riqueza não é baseada em quantidade de recursos, mas sim na quantidade informações em seu poder.

Visto a sua grandiosa importância, a informação é uma ferramenta muito poderosa nas mãos de quem sabe usá-la, e por outro lado, muito perigosa se for manipulada incorretamente (incluindo tomar decisões erradas, mesma tendo controle da correta informação). E como tudo nesse mundo é informação bruta, sai na frente aquele que mais possui habilidade de manipulá-la. Desde os primórdios até os tempos atuais, sempre foi dessa forma, e sempre será.

Falando em tempos modernos, atualmente a informação nos chega de forma muito mais rápida (quase em tempo real), graças a tecnologia. Hoje, existem muitas informações, muitos meios de consegui-las, e nos mais diversos lugares. Em contrapartida, a mesma facilidade de obtenção de informações, existem aqueles que objetivam fazer para cometer atos ilegais. Daí surge a necessidade de tomar muito cuidado para que a informação não caia em mãos erradas, tendo que criar leis e policiamento especialmente para crimes virtuais, trabalho que necessita ser feito por uma entidade, mas conhecida como Estado. Além dos órgãos de segurança pública, o Estado necessita trabalhar em prol do interesse do coletivo.

Até agora, vimos que, a informação é o bem intangível mais precioso nesse mundo. É com ela que vamos trabalhar nesse projeto, veremos como funciona os principais sistemas de informação e como é utilizado na área pública. O presente PI, tem como base as unidades

de estudo “Administração Pública” e “Gestão da Tecnologia da Informação”, ambas lecionadas pela tutora “Fernanda Moreira”.

2. PROJETO INTEGRADO

Nessa seção, apresentaremos com detalhes como funciona a gestão pública e a grande relevância dos sistemas de informação. Cada subseção, terá explicações mais específicas de acordo com o que foi solicitado.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Começaremos essa subseção falando sobre administração pública e suas funções pertinentes. Para que se tenha uma boa governança, existem normas e leis a serem cumpridas, mas, além disso, o chefe de estado precisa ser de confiança, o que é demonstrado sendo eleito democraticamente pela maioria do povo brasileiro. Esse governante precisa garantir que seja feita a vontade popular, mas não ultrapassando e nem indo contra a legislação. E é sobre leis que começaremos falando adiante. Mais especificamente sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, LDO, entre outras. E logo em seguida, sobre como é medido o desempenho da governança.

2.1.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2020 e LEI 4320/64

De acordo com a Lei nº 4.320/64, Capítulos II e os artigos 9 a 20, a equipe deve descrever a definição e a classificação detalhada da receita e despesa e, ainda de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 4 maio 2020), comentar sobre o Capítulo III, seção I, da Previsão e da Arrecadação da Receita e sobre o Capítulo IV, seção I, da geração das despesas e subseção (art.15,16,17).

A Lei 4.320 tem por finalidade a integração do Orçamento Público de forma eficiente, trazendo perspectivas sobre as receitas e despesas, por funções, categorias econômicas e fontes, com validação no art. 165 §§5º ao 8º da Constituição Federal, respeitando o princípio que esteve esquecido por vários anos. Além disso esta Lei recebeu um reforço conforme a Portaria STN/MF nº 560, de 14 de Dezembro de 2001, com um manual para elaborar um resumo da execução orçamentária, destaca-se também a Lei de Responsabilidade Fiscal, a introdução da Reserva de Contingência, cujo montante é calculado de acordo com a receita corrente líquida, estabelecida na “Lei de Diretrizes Orçamentárias”. A Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe elementos inovadores e

autênticos sobre a forma do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), identificando informações necessárias e como deve ser publicado, inclui também relatórios de gestão fiscal, demonstrando se as metas e limites estabelecidos na lei estão sendo atingidos, além de figurar as receitas vinculadas com a contabilização da origem onde foi aplicado e o saldo restante.

CONTROLES

O artigo 75 da Lei 4.320/64, prega a atuação necessária do controle sobre a execução orçamentária e diz em seus incisos:

III - Para evitar gastos desnecessários, foi criada da Lei Complementar nº 101/2000, e em seus artigos 8º e 9º, parágrafos e incisos que estabelecem regras de controle e avaliação de resultados, que todas as organizações governamentais deverão implantar e implementar. O artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) estabelece premissas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que preza pelas metas e diretrizes do orçamento público. Segundo o § 1º do artigo 4º: “Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.” O caput do artigo 8º da LRF (Lei Complementar 101/2000) estabelece que em até 30 dias após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, observadas as metas de resultados fiscais dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Inicialmente a Programação era feita por Trimestre, sendo posteriormente modificado para Bimestre, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. O programa financeiro e o cronograma de desembolso, serão submetidos à aprovação pelo poder da esfera de governo (Federal, estadual ou Municipal).

RESPONSABILIDADE DA ÁREA CONTÁBIL Conforme o art. 83º da Lei 4.320 de 1964 “Perante a Fazenda Pública, será evidenciado pela contabilidade a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados”. Isso determina que a contabilidade é de ordem Universal, e abrange todos os atos e fatos administrativos, ou guarda de bens e valores governamentais como, (imóveis ou cauções).

2.1.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA

A LDO estabelece o elo entre o médio prazo e o presente, e fortalece o entendimento do que é prioritário para o governo, estima a receita e fixa o valor máximo das despesas, são essas duas funções básicas que permitem a LOA distribuir os recursos públicos, sendo coerente com a expectativa da sociedade e as orientações do gestor máximo.

A LDO possui dois anexos constitucionais.

- **Anexo de Metas Fiscais**
- **Anexo de Riscos Fiscais**

METAS FISCAIS a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que integrará a LDO o anexo que conterà:

- Metas anuais, valores correntes e constantes, relativos a receitas, despesas, resultado nominal e primário, montante da dívida pública, para o exercício referido e os dois anos seguintes;
- Avaliação das metas relativas ao ano anterior;
- Demonstrativo anual, com memória de cálculo, comparando as fixadas nos três exercícios anteriores;
- Evolução do patrimônio líquido também nos três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

Detalhamento da previsão de receita é outro quadro importante, essa informação é importante para entender como o governo obtém suas receitas. Assim feito cabe também apresentar a fixação de despesas.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

RISCOS FISCAIS nele são avaliados os passivos contingentes e outros riscos públicos e constarão as providências a serem tomadas, eles são classificados da seguinte forma:

Riscos Orçamentários possibilidade de receitas na LOA não se realizarem ou necessidade de execução de despesas não fixadas. Exemplos de riscos orçamentários:

- Arrecadação de tributos a menor que o previsto na LOA;
- Restituição de tributos a maior que a prevista nas deduções;
- Epidemias, enchentes, abalos sísmicos, etc.

Riscos da dívida, possíveis ocorrências fora da administração que resultarão em aumento da dívida pública. Ocorrem por dois tipos de eventos:

- Variação das taxas de juros e de câmbio em títulos vincendos;
- Passivos contingentes que representam dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, como resultados de julgamentos de processos judiciais.

As formas de cobertura dos riscos fiscais são os empréstimos e a utilização da reserva de contingência, reforçando a importância do ICMS para o Governo Estadual.

PPA - Plano Plurianual

O PPA estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo governo ao longo de um período de quatro anos. Tem vigência do segundo ano de um mandato governamental até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

Os principais objetivos do PPA são:

- Definir com clareza as metas e prioridades do governo, bem como os resultados esperados. Organizar, em programas, as ações que resultem em incremento de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade;
- Estabelecer a necessária relação entre as ações a serem desenvolvidas e a orientação estratégica de governo;
- Possibilitar que a alocação de recursos nos orçamentos anuais seja coerente com as diretrizes e metas do Plano;

- Explicitar a distribuição regional das metas e gastos do governo. Dar transparência à aplicação dos recursos e aos resultados obtidos.

O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Cabe à LDO, anualmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Já a LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro. Assim, a LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.

De acordo com a Constituição Federal, o exercício da função do planejamento é um dever do Estado, tendo caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

2.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Essa subseção será dedicada a estudar sobre sistemas de informação. Como já dito em outros tópicos, a informação é um “bem” de muito valor e devido a sua enorme (e quase infinita) importância, é natural que tenha um tratamento adequado. Nos dias de hoje, em que a demanda por novas e mais precisas informações é muito alta, necessita-se de “algo” para que sejam processados os dados mais rapidamente, e é aí que entra os sistemas, dos quais processam as informações quase que em tempo real. O mundo globalizado em que vivemos atualmente, não consegue mais “sobreviver” sem esses sistemas, pois agora, as demandas (pessoas, empresas etc) estão muito maiores do que algumas décadas atrás, o que acaba por exigir processamento de dados mais rápidos e confiáveis.

Embora o funcionamento desses sistemas trabalhe de forma complexa, o objetivo primordial é o de “simplesmente” auxiliar na tomada de decisão. Embora tenha todo esse auxílio, o ser humano, às vezes, acaba por tomar decisão não eficaz (ou de forma ineficiente), mas caso esses problemas venham a ocorrer, esses sistemas também auxiliam para que seja tomadas as medidas cabíveis para regularizar a situação. Vamos a seguir, falar mais sobre esses sistemas.

2.2.1 SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO

Atualmente para permanecer no mercado é preciso buscar mecanismos de apoio, pois o tempo não pode ser perdido e o retorno tem que ser rápido. Em 1970 o conceito SAD tornou-se área de pesquisa, em 1980 avançou com mais vigor, ele passou por vários estudos. Em 1990 já consolidado abrigou os conceitos de data warehouse e processamento analítico on-line. O Empresário passou a ter confiança na utilização desse sistema por serem flexíveis, tanto na Análises de Planejamento como nas Tarefas Rotineiras e com isso passou a ganhar tempo para resolução de problemas, hoje são utilizados em todos os níveis dentro das empresas, pela necessidade de agilidade e rapidez a informação não é mais exclusiva da área estratégica.

Para fixar a diferença entre os níveis devemos lembrar que no nível estratégico são determinados os objetivos; no nível tático as decisões tomadas pela gerência média, já o nível operacional, é responsável pela produção, pelo dia a dia e buscando cumprir objetivos e metas propostas.

Os sistemas de apoio a decisões, atuam diariamente dentro das organizações pois configuram o sistema de informação gerencial, para um funcionamento pleno, utilizam modelos analíticos, bancos de dados especializados, entradas e 116 Sistemas especialistas, sistema de apoio e executivos, percepções do utilizador e para apoio na tomada de decisões, processos interativos de modelagem, sejam semiestruturadas ou não estruturadas.

Os sistemas de apoio à decisão utilizam a Base de Modelos, e também os bancos de dados como recursos chave. Um componente de software DSS que consiste em modelos utilizados em rotinas computacionais e analíticas que matematicamente expressam uma lógica entre diversas variáveis analisáveis, buscando uma análise pautada na racionalidade.

Para isso, um DSS apresenta quatro tipos básicos de atividades em sua modelagem analítica: **Análise do tipo What If; Análise de sensibilidade; Análise de busca de metas e Análise de otimização.**

2.2.2 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO

O ERP (Enterprise Resource Planning) também conhecido como Planejamento de Recursos Empresariais, já vem sendo a vários anos no mercado sendo muito confiável. Ele pode ser utilizado tanto de maneira sistêmica (para apoio a decisões, gerenciais, transações, etc.), quanto de maneira funcional (sistemas de recursos humanos, compras, almoxarifado, contabilidade, marketing, vendas, etc.).

Todas as empresas que buscam um desenvolvimento sustentável devem utilizar algum sistema desse tipo, tendo em vista que eles fazem com que todos os dados da empresa desde a compra das matérias primas até o lucro real de cada produto final estejam atrelados no sistema para análise de custos e velocidade das informações entre os setores assim como uma economia gerada na diminuição de uso de papéis.

Conforme o segmento e porte das empresas, suas necessidades são muito distintas, por este motivo a abrangência do ERP pode variar, assim os módulos de gestão são divididos em módulos para atender as necessidades específicas de cada setor, funcionando inicialmente de maneira independente mas com a inclusão de novos módulos eles se comunicam e compartilham as informações.

Dentre os módulos fornecidos, estão:

1 – Gestão Comercial: Relacionado a venda de produtos ou serviços, organizam os representantes, clientes e política comercial da empresa. Esses procedimentos integram: representante, cliente, política comercial, orçamentos, previsões e metas de venda, promessas de entrega, pedidos de venda, faturamento e expedição, exportação, suporte à logística (EDI), procedimentos para exportação, assistência técnica comunicação mobile, EDI – cliente.

2 – Produção: Relacionado a produção dos produtos, assim gerenciando todas as informações e processos referentes ao ciclo de vida de um produto. Esses procedimentos integram: número – PDM, engenharia, configurador do produto, planejamento de materiais – MRP, controle de produção, serviço de terceiros, controle da manutenção industrial, inspeção do processo, plano mestre de produção (MPS), planejamento da capacidade (CRP), sequenciamento de produção.

3 – Gestão de Suprimentos: Relacionado ao fluxo de produção ou vendas, tais como: controle de estoque, necessidades de compra, contrato com fornecedores.

4 – Gestão Financeira: Tem o objetivo de organizar as finanças da empresa, controlando o fluxo de caixa, contas a pagar e receber, conciliação bancária, outras funções podem ser: contas a receber e a pagar, comissões, fluxo de caixa, cobrança escritural e pagamento escritural, conciliação bancária, planejamento financeiro.

5 – Gestão de Custos: Fundamental para alocar os preços dos produtos e serviços de forma justa, assim não acarretando em prejuízo para a empresa, dentre suas funções estão: formação de preços, calcula a análise de preços e resultados, simula custos e forma o preço de venda, além de fornecer informações como o valor de reposição, a valorização do estoque em processo e o mapa por localização de custos (MLC).

6 – Gestão Administrativa: automatiza tarefas burocráticas que facilitam a gestão e promovem a sua eficiência. Entre as funções que um sistema executa nessa área estão: speds/livros fiscais, contabilidade, integração contábil, boletim de caixa, controle patrimonial.

2.2.3 OS SISTEMAS DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO

No setor público já vem sendo utilizado varios modelos de ERP ao longo dos anos, tendo em vista a necessidade que sua abrangencia e divercificação são muito amplas e divididas entre suas secretarias mais comuns, tais como: Governo e das Relações Institucionais, Justiça, Comunicação Social e Institucional, Serviços Públicos, Desenvolvimento Econômico, Cultura, Fazenda, Administração, Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, Educação, Assistência Social, Saúde, Segurança Pública e Defesa Civil, Esportes, Planejamento, Gestão e Mobilidade, Habitação e Meio Ambiente e Agricultura. Estas Secretarias são as existentes no municipio de Araras e certamente variam de cidade, região, estado.

Mesmo que entre as secretarias do municipio seja utilizado o mesmo programa, seu manuseio principal ocorre de maneira individual em suas diversas areas, isso ocorre para que cada setor seja independente em seus estoques, compras, organizações e estes prestam contas ao setor principal especifico. Esta divisão se faz necessário pois a unidade responsavel da Saúde não saberia as necessidades da Segurança Pública.

No setor de atendimento ao cidadão existe sistema eletronico online onde possam ser solicitadas informações e serviços municipais sem a necessidade de filas e gastos com materiais, todos são em tempo real, somente aguardando a verificação dos documentos anexados em cada solicitação e o tempo de resposta não passa de 15 dias uteis, muito mais rapido do que a tramitação de documentos fisicos. Ainda assim, existem algumas solicitação que necessitam de certidões e acabam demorando um pouco.

Os sistemas de informação no setor público são bem desenvolvidos e interativos, algumas falhas ainda existem mas quase todas devido ao mal uso do sistema pelos operadores.

Com relação aos sistemas utilizados pelo serviço publico, ainda não atingiu sua perfeição pois eles não são utilizados para previsões futuras em certas areas que dependem de fatores externos, mas em todos os que uma projeção possa ser feita eles suprem tranquilamente as necessidades do municipio.

3. CONCLUSÃO

Ao longo desse PI, informamos a grande importância da informação, como são seus principais meios de utilização e sobre o funcionamento dos sistemas. Vimos também que graças à união de ambos, resultam em muitos benefícios a seus interessados, e o quanto é eficaz (e eficiente) para tomada de decisão.

Vimos também que a Administração pública “abusa” do uso da informação em todos os seus empreendimentos em prol da coletividade. A contabilidade pública auxilia bastante no processo. É necessário coletar, analisar, e escolher os dados quantitativos para realizar levantamento dos valores dos bens públicos, para com isso o governante tomar decisões eficazes para solucionar os mais diversos problemas sociais.

A administração das empresas privadas também utiliza da informação para tomada de suas decisões. Os setores responsáveis também repassam os “números” (isto é, do quando a empresa produz, os seus gastos, receitas e etc.), para a alta administração tomar as decisões para avanço da empresa e para que os stakeholders e outros interessados acompanhem a sua performance.

Por fim, podemos ver que a informação existe em tudo ao nosso redor, e sem elas literalmente nada sobreviveria, o sucesso ou não de um empreendimento, seja de qual for o tamanho depende de como se utiliza a informação. Como diria o grande empresário Bill Gates: “O modo como você reúne, administra e usa a informação determina se vencerá ou perderá”.

REFERÊNCIAS

<https://araras.sp.gov.br/home/>

ANEXOS

Essa parte está reservada para os anexos, caso houver, como figuras, organogramas, fotos etc.